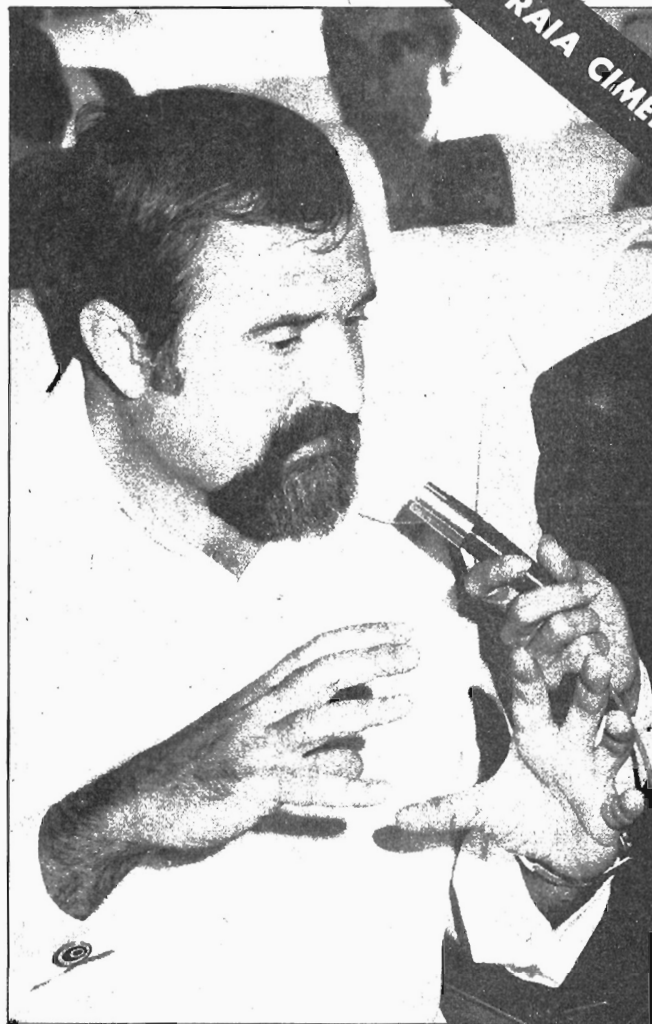


CIMEIRA DA PRAIA: IDENTIDADE DE PONTOS DE VISTA

● José Luís Cabaço concede entrevista exclusiva à «TEMPO»

- A importância da cimeira
- A cimeira e a crise da OUA
- Vão os «cinco» constituir-se em bloco?
- As decisões sobre Timor-Leste
- As concepções sobre cooperação económica
- Acordo de comunicação social Moçambique/Cabo Verde



José Luís Cabaço quando prestava declarações à TEMPO sobre a Conferência

TEMPO: Sr. Ministro: Na perspectiva de Moçambique, qual foi a importância desta cimeira realizada na cidade da Praia?

J. L. Cabaço: O aspecto geral e mais importante foi que no decurso desta cimeira se consolidaram os grandes laços de solidariedade e profunda identidade que existem entre os cinco países. O clima geral da Conferência foi de grande fraternidade e identidade e dum relacionamento interpessoal profundo.

Esta cimeira constituiu um passo importante na história do relacionamento dos nossos povos após a Independência Nacional. Para já, ela foi possível devido ao sucesso do encontro de Maputo onde o diferendo entre as repúblicas irmãs de Cabo Verde e Guiné-Bissau foi ultrapassado e se lançaram as ba-

sas de um novo relacionamento íntimo entre os dois países. Tal traduziu-se depois nalguns dos que foram os aspectos salientes e importantes dos trabalhos das nossas delegações. Cito particularmente a identidade dos cinco países na análise, posições e solidariedade perante a acção do imperialismo em África, particularmente na África Austral, a unidade de todos os países com a República Popular de Angola no combate às manobras, nomeadamente à tentativa do imperialismo de relacionar a libertação e independência da Namíbia com os problemas da soberania de Angola e principalmente com a presença dos internacionalistas cubanos, a análise comum que os cinco países têm do problema de Timor-Leste e das responsabilidades da comunidade interna-

cional sobre esta questão, a experiência e análise comuns que os «cinco» têm contra a atitude de certos países que apoiam e permitem a organização da subversão criminosa contra os nossos países e, finalmente, a criação de um instrumento de trabalho operativo através da Comissão Mista Ministerial e das subcomissões que vão dar corpo à cooperação entre nós. Estes foram alguns dos aspectos salientes desta Conferência e que caracterizam a sua importância histórica e o novo impulso que esta Cimeira trouxe ao relacionamento entre os nossos cinco países.

TEMPO: Esta reunião realiza-se num momento em que se assiste a uma certa crise na OUA. Ora, o facto de cinco países africanos terem conseguido alcançar esta identidade de pontos de vista pode

representar algo para a própria OUA?

J. L. Cabaço: Um dos aspectos importantes da nossa reunião foi a constatação de que é preciso reforçarmos a nossa acção com vista a preservarmos a OUA como uma organização cujo programa de realizações ainda não está completo nos seus objectivos actuais porque a Namíbia ainda não é independente, porque a África do Sul ainda não está liberta do racismo.

A manobra do racismo para dividir a OUA e impedir que ela seja portadora desta unidade africana no combate pela libertação da Namíbia e da África do Sul, foi analisada e apurada pelos nossos cinco países.

A forma como a República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau foram capazes de superar a crise num curto espaço de tempo e partindo de uma situação de conflito com raízes tão sérias e com feridas tão abertas, mostra que a unidade africana é possível e é realizável. Mostra que o que é fundamental é que haja objectivos comuns e que os países sejam capazes de se organizar à volta desses objectivos comuns e dos princípios fundamentais.

A realização desta conferência no quadro de toda esta situação conjectural é extremamente importante também para o combate que estamos a travar pela defesa da OUA e por preservarmos a unidade africana em torno da sua organização.

TEMPO: Sr. Ministro, uma das decisões desta Conferência foi a de coordenar melhor as acções dos cinco países nos foruns internacionais. Uma das acções poderia ser a da introdução da língua portuguesa. Pergunto se este conjunto de acções não poderá levar à ideia de que os cinco países se vão organizar como um bloco que se apresentará como tal nos foruns internacionais?

J. L. Cabaço: Não. Os nossos países têm coisas em comum e têm coisas que não são em comum. Dois dos nossos países são da África Austral e vivem especificamente essa problemática. Temos outros países que se inserem noutras zonas que têm os seus

próprios organismos como a CEDEAO etc.

A grande qualidade do relacionamento que fomos capazes de estabelecer é que se conseguiu um correcto equilíbrio entre aquilo que nos une e aquilo que nos é diferente. Utilizamos aquilo que nos é diferente para enriquecermos a nossa experiência e para consolidar aquilo que nos une.

Um outro aspecto é que temos em comum uma língua, oficial, que é o português, falado nos cinco países. Mas isso só nos dá uma possibilidade que é a de nos apresentarmos como um número de países que representa um determinado número de cidadãos que fala uma determinada língua e que, portanto, deve poder exprimir-se nessa língua nos foruns internacionais. Isto é um aspecto importante: O facto de um país ser obrigado a exprimir-se numa língua que não é a sua língua oficial, diminui a sua capacidade de intervenção nos foruns internacionais.

Há um outro aspecto que é o de coordenarmos as nossas posições em política internacional. Isso não significa que nos vamos constituir em bloco porque nós coordenamos também com outros países da nossa região, com outros países da comunidade internacional, de outros continentes até, a nossa acção em matéria de política internacional para procurarmos conhecer qual é a correlação de forças, qual é a opinião global e como é que se pode efectivamente agir.

Ora a identidade da concepção que nós temos dos problemas mundiais e da conjuntura internacional torna útil que nós intensifiquemos essa troca de informações. Por outro lado nós, temos verificado também que uma certa acção de desestabilização da situação política dos nossos países e que os pólos, ou os países, a partir dos quais essa acção é organizada, apoiada e coordenada, transmitem-nos a ideia de que existe uma acção concertada para provocar a desestabilização dos nossos países. Portanto, é natural que nós tenhamos toda a vantagem em desenvolvermos o nosso relacionamento de forma a, em conjunto, poderemos compreender a verdadeira entidade e a verdadeira dimensão

dessa acção que se move contra os nossos países.

Portanto, resumindo: Não há a tentativa de criação de um bloco, há a tentativa de reforçar muitos dos aspectos que nos unem e de poder-se utilizá-los, como aqui foi o caso, no reforço das nossas posições em cada uma das zonas do mundo em que existimos. Eu citei por exemplo, o apoio global que é dado pelos países à posição de Angola ou a análise da situação da África Austral em geral.

TEMPO: Dentro em breve vai realizar-se mais uma Assembleia Geral das Nações Unidas que irá analisar, entre outras, a situação em Timor-Leste e daí a presença em Cabo Verde, do Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele País, Mari Alkatiri, que fez um informe aos Chefes de Estado. Esperava-se por isso um mais exaustivo pronunciamento sobre a situação em Timor-Leste...

J. L. Cabaço: Há uma certa tendência para se especular à volta das declarações finais.

Esta Conferência reuniu-se para se analisar a situação internacional e para concertarmos as nossas posições face aos diversos problemas da situação internacional. Um dos problemas que é ponto permanente das nossas agendas de trabalho é a questão de Timor-Leste.

Os Chefes de Estado e as delegações ministeriais tiveram a ocasião de escutar o importante informe que foi dado sobre a situação em Timor-Leste e o genocídio de que o Povo de Timor-Leste é vítima por parte da Indonésia. Esta é uma situação que é do conhecimento dos nossos Chefes de Estado embora houvesse uma actualização da situação por parte de S. Ex.^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mari Alkatiri.

O objectivo do informe foi para que os nossos Chefes de Estado, se pudessem coordenadamente aperceber e decidir aquilo que vai ser a nossa acção nos foruns internacionais de apoio a Timor-Leste. Não é a cimeira da Praia o ponto decisivo. Esse é nas Nações Unidas, na acção concertada que aí vamos levar a cabo. Esta é uma preparação dessa acção e não um local onde fôssemos tomar deci-



Marl Alcatiri, fez um informe à Conferência sobre a situação em Timor-Leste

sões novas. A nossa posição é por demais conhecida e aqui foi reafirmada a nossa decisão de prosseguirmos o nosso apoio a Timor-Leste. É isso que vamos fazer mas quando chegar a altura de actuar mos.

TEMPO: Quando se realizou a Conferência Ministerial de Mindelo, o Sr. Ministro (na altura com a pasta dos Transportes e Comunicações) disse que ali se tinha alcançado a concepção comum sobre a cooperação entre os «cinco» e que esta assenta na cooperação na área dos transportes. Agora foi criada a Comissão Mista Ministerial a fala-se na necessidade da criação de um banco conjunto. Que tem a dizer sobre isto?

J. L. Cabaço: O sentido real da nossa apreciação sobre a reunião de Mindelo é que ela tinha materializado um certo espírito da cooperação entre os «cinco». E é verdade que assim foi, que foi o momento de materialização do que até ali era uma tomada de posição de princípio.

É obvio que os transportes constituem o segredo e o ponto de partida de uma situação de cooperação. Em Mindelo encontrámos situações de cooperação quer multilaterais, quer bilaterais e nós dissemos que era através da cooperação bilateral que se desenvolve a multilateralidade. A história destes quatro anos mostrou que esta concepção era correcta. Mostrou que a multilateralidade não

pode surgir como uma concepção abstracta e que ela se faz pela soma sucessiva das relações bilaterais.

Os transportes têm um papel decisivo mas a experiência destes quatro anos também nos mostrou que eles não podem existir independentemente de relações comerciais reais e de cooperação efectiva no campo do comércio externo. A experiência também nos mostrou que não é possível haver uma cooperação efectiva no campo do comércio externo se não houver mecanismos financeiros capazes de apoiar essa acção.

Portanto, nós consideramos que estas três áreas não têm ordem de prioridade mas que têm de avançar juntas.

É preciso, pois, encontrar os mecanismos financeiros. O banco comum é uma das hipóteses. Tem problemas técnicos que é preciso resolver ainda mas é uma das hipóteses e talvez não seja a única.

O banco vai também materializar-se pelos problemas que o comércio externo vai pôr e este vai obrigar a materializar a cooperação nos transportes. Por exemplo, eu gostaria de recordar que quando estivemos reunidos em Mindelo não havia nenhum transporte marítimo entre Angola e Moçambique. Hoje já há uma troca regular de mercadorias.

TEMPO: Na sequência da Conferência foi assinado um acordo no domínio da comunicação social entre Cabo Verde e Moçambique. O nosso País já assinou outros acordos com países que fazem parte dos «cinco». Qual é a importância deste acordo?

J. L. Cabaço: Nós, porque temos uma concepção e análise global comum da conjuntura mundial e do desenvolvimento das nossas sociedades, porque temos uma língua oficial comum, porque temos uma história de luta comum e por muitas outras razões, sentimos que o aspecto da Informação é muito importante no aprofundamento do conhecimento das experiências de cada um dos cinco países. Por isso, nós temos procurado intensificar, dentro do possível e realizável, as relações de cooperação no quadro de países que têm problemas análogos e perspectivas idênticas.

O relacionamento com os países que falam o português resulta de uma mesma concepção que nos leva a procurar relacionarmo-nos com países da nossa zona que têm preocupações idênticas. A única coisa é que como eles falam português, é mais fácil.

Nós temos dois níveis de cooperação. Temos um nível sobre o conteúdo informativo e temos um outro nível, que talvez seja o mais importante, sobre a troca de experiências, sobre a concepção e a organização da informação em cada um dos países e a formação técnica e ideológica dos nossos quadros.

O acordo que acabámos de fazer com Cabo Verde é muito interessante porque dá-nos o quadro geral da cooperação, permite-nos desde já iniciarmos acções de cooperação independentemente de protocolos específicos. Por exemplo, Cabo Verde já nos pediu que aumentássemos as nossas bolsas de estudo na nossa escola de jornalismo e nós concordámos com isso. Está também muito interessada na nossa experiência no domínio da televisão e na imprensa em geral.

Tivemos oportunidade de trabalhar também com os camaradas de São Tomé e Príncipe com quem aprofundámos também mecanismos de cooperação, incluindo o aumento do número de alunos na escola de jornalismo imediatamente. Tivemos ocasião de trabalhar com os camaradas de Angola, principalmente nas questões relacionadas com a escola interestatal de jornalismo e tivemos ocasião de uma breve troca de impressões com os camaradas da Guiné-Bissau sobre essa escola e outras formas de cooperação possíveis.

No campo da comunicação social foi importante, para nós, que tenha sido aceite pelos países que participaram na Conferência, uma informação global que fizemos sobre a criação da escola interestatal de comunicação social e sistemas de comunicação que é o desenvolvimento da escola de jornalismo que temos agora, que foi anexada à acta das discussões sobre a cooperação económica e cultural. □